

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS
PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO ÍNDICE CARBONO EFICIENTE –
ICO2¹**

Laíza Selau da Silva²

Caroline de Oliveira Orth³

RESUMO

A preocupação por parte das organizações com a responsabilidade social vem crescendo ao longo do tempo. Na contabilidade, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como uma de suas finalidades evidenciar o papel social das empresas. O presente estudo tem como objetivo analisar dados da DVA do ano de 2016 através de indicadores e comparar por meio destes a capacidade de geração e distribuição de riqueza das instituições bancárias participantes e não participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2), proposto pela BM&FBovespa. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A amostra foi composta por organizações bancárias participantes e não participantes do índice. Por meio da análise dos dados constatou-se que para os indicadores PAGR, GRVA, CEPIB e CES, as médias para o grupo dos bancos participantes do ICO2 foi significativamente (5%) superior ao grupo dos bancos não participantes. Já para os indicadores PEGR, PPLGR, PEVApc, PGVA e PCPVA, apesar de as médias observadas para o grupo dos bancos participantes do ICO2 terem sido superiores às do grupo dos bancos não participantes, essa diferença não foi significativa (5%). Por fim, para os indicadores PEVA e PTVA observaram-se médias superiores para o grupo de bancos não participantes do ICO2, apesar de não significativas (5%).

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Responsabilidade Social. Índice Carbono Eficiente.

ABSTRACT

The concern of companies with social responsibility has been growing over time. In accounting, the Value Added Statement (VAS) has one of its purposes, to highlight the social role of companies. This study aims to analyze the data of VAS on the year of 2016 through indicators in order to compare the capacity of generation and distribution of wealth among participating and non-participating banking institutions of the Carbon Efficient Index (ICO2), proposed by BM & FBovespa. This research is characterized as descriptive, bibliographical with a quantitative approach. The sample consisted of participating and non-participating banking organizations of the index. Through the data analysis it was evinced that for the PAGR, GRVA, CEPIB and CES indicators, the average value for the group of banks participating in ICO2 was significantly (5%) higher than the group of non-participating banks. For the PEGR, PPLGR, PEVApc, PGVA and PCPVA indicators, although the averages values observed for the ICO2 participating banking group were higher than the non-participating banking group, this difference was not significant (5%). Finally, for the PEVA and PTVA indicators, higher averages were observed for the group of non-participating ICO2 banks, although not significant (5%).

Keywords: Value Added Statement (VAS). Social Responsibility. Carbon Efficient Index.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2017, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Aluna do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Artigo apresentado para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, como quesito parcial para a obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: <laiza.selau@gmail.com>.

³ Orientadora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. E-mail: <caroline.orth@ufrgs.br>.

1 INTRODUÇÃO

Há uma crescente preocupação na sociedade no que diz respeito à análise das organizações como instituições sociais, não somente como instituições econômicas. A sociedade vem reconhecendo as empresas que promovem atividades sociais com a participação de seus empregados e com a sociedade, bem como as que participam do processo de preservação e proteção do meio ambiente onde estão inseridas. Uma organização empresarial atua, direta ou indiretamente, no progresso econômico e social da comunidade onde está inserida, e essa atuação estende-se para a sociedade como um todo (DE LUCA et al, 2009).

Nesse contexto, o conceito de responsabilidade social nasce de um compromisso da organização com a sociedade. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico, com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social (BARBOSA; RABAÇA, 2001). Na visão de Ashley e Cardoso (2002), a responsabilidade social pode ser medida por meio de atos e atitudes tomados pela organização que afetem a sociedade como um todo ou alguma comunidade em particular.

Dessa forma, além do desempenho econômico-financeiro, a disponibilização às informações de natureza social das organizações é relevante para o exercício da cidadania. Esse acesso à informação é importante como forma de evidenciar para a sociedade o comprometimento social das organizações (DE LUCA, 2005). A informação contábil pode ser um fator determinante nesse sentido, não apenas para o conhecimento da situação patrimonial, financeira e econômica das organizações, mas também para a evidenciação do compromisso social estabelecido pelas mesmas (IUDÍCIBUS et al., 2013).

Com a promulgação da Lei 11.638 de 2007, que estendeu às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, houve alterações na Lei 6.404 de 1976, as quais modificaram o conjunto de demonstrações contábeis a ser elaborado pelas empresas. Uma dessas modificações, ocorrida no inciso V do artigo nº 176 da Lei das S/A foi a obrigatoriedade da elaboração e publicação da Demonstração do Valor Adicionado (BRASIL, 2007).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo evidenciar o papel social das empresas, apresentando com clareza a sua riqueza gerada para que toda a sociedade conheça sua função positiva na criação de valor para a comunidade. Da mesma forma, essa demonstração visa informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que

intervieram na criação de valor para a entidade e o consequente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos (COSENZA, 2003).

Segundo o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2008) 09 – *Demonstração do Valor Adicionado*, a DVA representa um dos elementos componentes do Balanço Social. Ela tem por finalidade proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. (CPC, 2008).

Diante do crescente aumento da consciência social por parte das corporações, o presente trabalho buscou responder a seguinte problemática de pesquisa: qual o grau de riqueza gerada e a sua distribuição entre os agentes econômicos pelas instituições bancárias participantes e não participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2), proposto pela BM&FBovespa?

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para a análise dos dados da Demonstração do Valor Adicionado por meio de indicadores, e assim, apresentar e comparar a capacidade de geração e distribuição de riqueza das instituições bancárias participantes e não participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2), proposto pela BM&FBovespa.

Tendo em vista a importância e a abrangência global sobre o desempenho social das organizações, torna-se oportuno um estudo que evidencie a relação entre empresas quanto às suas atividades e seus respectivos papéis sociais realizados na sociedade. Uma vez que as informações obtidas através da Demonstração do Valor Adicionado são úteis para entender a relação da empresa com a sociedade por meio da sua riqueza gerada e posterior distribuição, e que o Índice Carbono Eficiente está diretamente ligado a empresas que adotam práticas claras em relação a suas emissões de gases estufa, espera-se obter dados relevantes referentes às atividades dessas empresas, bem como o seu impacto na sociedade.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção aborda a base conceitual da pesquisa e estudos relacionados sobre o tema. A terceira seção apresenta a metodologia utilizada. Na quarta seção são abordadas as análises dos dados e os resultados. Na última seção são relatadas as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção será destinada à abordagem conceitual e base teórica dos respectivos assuntos que serão mencionados no estudo, como a Demonstração do Valor Adicionado; a

Responsabilidade Social e o Índice Carbono Eficiente; e mais especificamente, a análise da DVA com o auxílio de indicadores, além de outros estudos publicados na área.

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A promulgação da Lei nº 11.638 de 2007 estendeu às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Dentre elas, tornou obrigatória para as companhias de capital aberto a elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício (BRASIL, 2007).

A Demonstração do Valor Adicionado tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e a sua posterior distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza. Ou seja, ela evidencia a parcela de valor adicionado destinada aos detentores de capital, a outros financiadores das atividades da entidade, aos funcionários, à sociedade e o quanto é retido pela empresa (MACHADO, 2010; IUDÍCIBUS et al., 2013).

Segundo Cosenza (2003), a Demonstração do Valor Adicionado visa, principalmente, à evidenciação do papel social das empresas, apresentando claramente a riqueza gerada para que toda a sociedade conheça sua função positiva na criação de valor para a comunidade, informando sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor para a entidade e o consequente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos. Assim sendo, a DVA fornece informações aos mais diversos *stakeholders*, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo (IUDÍCIBUS et al, 2013).

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC, 2008), o valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, a riqueza que não tenha sido criada pela entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida.

Assim, segundo Riahi-Belkaoui (1992), o valor adicionado refere-se ao aumento de riqueza gerada pelo uso produtivo dos recursos da empresa antes de sua distribuição aos agentes econômicos. Enquanto o lucro é o retorno final ganho pelos acionistas, o valor adicionado é o retorno total ganho pelo time de trabalhadores, importantes provedores e o governo.

Conforme o CPC 09 (2008), para evidenciar a geração e a distribuição da riqueza, a DVA é dividida em duas partes. A primeira parte, segundo o item 14 do pronunciamento, deve apresentar detalhadamente a riqueza gerada pela entidade. Os principais componentes da riqueza gerada são as receitas provenientes das vendas de mercadorias, produtos e serviços, de outras receitas e de provisões para crédito de liquidação duvidosa; os insumos adquiridos de terceiros e os valores adicionados recebidos em transferência, que podem ser provenientes de receitas financeiras, do resultado de equivalência patrimonial ou de outras receitas (CPC, 2008).

Já a segunda parte, conforme o item 15 do CPC 09 (2008), deve evidenciar como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída entre os agentes que contribuíram para a sua geração. Os principais componentes dessa distribuição são:

- a) funcionários, por meio dos salários, benefícios e FGTS recebidos;
- b) governo, por meio de tributos federais, estaduais e municipais, representando a remuneração pela estrutura social, política e econômica que propiciam as condições necessárias para a operação da empresa;
- c) financiadores: remuneração de capitais de terceiros por meio de juros, aluguéis, direitos autorais e outro;
- d) detentores de capital: remuneração de capital próprio, por meio de juros sobre o capital próprio, dividendos, lucros retidos ou prejuízos do exercício (CPC, 2008).

Segundo Iudícibus et al. (2013), as informações contidas na DVA são consideráveis para:

- a) análise da capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- b) auxílio no cálculo do PIB e indicadores sociais;
- c) análise do desempenho econômico da empresa;
- d) fornecimento de informações sobre os benefícios obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo;
- e) subsidiar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, estado, país, etc. em que se encontra instalada.

Assaf Neto (2012, p. 100) observa que:

Um benefício notório dessa demonstração é que pode ser utilizada como forma de avaliação de desempenho e de acompanhamento de agregação do valor para a sociedade, ou seja, o quanto a empresa agregou de valor efetivamente para a sociedade no exercício.

O item 12 do CPC 09 (2008) relata que, tanto para os investidores quanto para outros usuários interessados na empresa, essa demonstração proporciona informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida. Conforme exposto, fica clara a importância dessa demonstração e sua análise mais aprofundada, bem como a sua relação com um índice de mercado de cunho social e sustentável, tal como o Índice Carbono Eficiente. Além disso, por ser uma parte integrante do Balanço Social, salienta-se a forte relação da DVA com as práticas de Responsabilidade Social (CPC, 2008).

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E O ÍNDICE CARBONO EFICIENTE – ICO2

As entidades, ao longo do tempo, evidenciaram uma excessiva preocupação centrada na eficiência e na eficácia dos processos produtivos. Atualmente, o contexto de atuação das organizações está se tornando cada vez mais complexo, restringindo cada vez mais os processos decisórios. Um componente importante dessa transição na maneira de pensar e agir foi o crescimento da consciência ecológica por parte da sociedade, dos governos e conseqüentemente, das empresas (TINOCO, 2006).

Ashley e Cardoso (2002) relatam que, em decorrência da maior conscientização da sociedade por práticas que gerem melhoria para o meio ambiente ou para a comunidade e da valorização de aspectos éticos ligados à cidadania, o mundo empresarial vê na responsabilidade social, uma nova estratégia potencializar seu desenvolvimento e também aumentar o lucro. Dessa forma, segundo De Luca (2005), a prática da responsabilidade social incorpora na cultura empresarial a busca do bem-estar da sociedade associada ao crescimento da própria organização.

A base conceitual contemporânea da responsabilidade social empresarial está associada aos valores requeridos pela sociedade pós-industrial. Nessa concepção, entende-se que as companhias estão inseridas em ambiente complexo, onde suas atividades influenciam ou têm impacto sobre diversos agentes sociais, comunidade e sociedade. Por conseguinte, a orientação do negócio visando atender apenas aos interesses dos acionistas se torna

insuficiente, sendo necessária a incorporação de objetivos sociais no plano de negócios, como forma de integrar as companhias à sociedade (TENÓRIO et al., 2006).

Nessa perspectiva, segundo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2017), o conceito de responsabilidade social pode ser entendido como a forma de administrar caracterizada pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade. Essas metas têm como finalidade preservar recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Assim, em uma visão mais ampla, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (ASHLEY; CARDOSO, 2002).

Segundo Almeida e Bessa (2007), como consequência da repercussão do debate social e do interesse de investidores na temática, surgiram no mercado os índices que classificam as ações de acordo com a sua responsabilidade social. Dessa forma, há a possibilidade de os investidores comporem uma carteira de ações advindas de empresas que consideram elevadas práticas sociais, ambientais e de governança corporativa, além de serem rentáveis e geradoras de dividendos.

Nesse contexto, no âmbito internacional, diversas formas de mensuração foram sendo desenvolvidas, resultando na criação de Índices de Sustentabilidade. O primeiro índice de sustentabilidade foi criado em 1999, denominado *Domini 400 Social Index*. Logo após, foi apresentado pela Bolsa de Valores de Nova York, também em 1999, o *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*. Posteriormente, surgiram outros índices, tais como o *FTSE4good*, de Londres, no ano de 2001; e o *Socially Responsible Index (SRI)*, de Johannesburgo, em 2002. No âmbito nacional, o primeiro Índice de Sustentabilidade foi apresentado em 2005 pela BM&FBovespa, denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Cinco anos após o estabelecimento do ISE, em 2010, foi criado o Índice de Carbono Eficiente - ICO2, objeto de estudo do presente trabalho (CARVALHO; SOUSA; CALLADO, 2016).

O Índice Carbono Eficiente (ICO2) foi lançado pela Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros em 02 de dezembro de 2010. Ele é composto por ações de companhias participantes do índice IBrX-50. As empresas que compõem o ICO2 se propuseram participar da iniciativa da adoção de práticas transparentes em relação às emissões de gases efeito estufa (GEE). Na composição do índice ICO2, é considerado o grau de eficiência de emissões de GEE e *free float* (total de ações em circulação) de cada empresa para ponderar as ações das empresas participantes (BM&FBovespa, 2017).

Dessa forma, segundo a BM&FBovespa (2017), o principal objetivo do Índice Carbono Eficiente é incentivar as empresas com as ações mais negociadas no mercado a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de Gases de Efeito Estufa, preparando-as para atuarem em uma economia chamada de “baixo carbono”. Serão analisadas as Demonstrações do Valor Adicionado das empresas do setor financeiro que compõem a carteira do ICO2 do último quadrimestre de 2016, bem como das que não compõem, através de indicadores.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Dentre os estudos publicados sobre Demonstração do Valor Adicionado, ainda antes da obrigatoriedade de sua evidenciação, destacam-se os estudos de Cosenza (2003) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005). Esses estudos foram direcionados à investigação da utilidade informacional dessa demonstração.

Cosenza (2003) visou contribuir para a compreensão dos conceitos associados a esta demonstração contábil e situar o estudo do valor adicionado em uma dimensão microeconômica, apresentando alguns aspectos relativos à sua utilidade para o processo de análise dos usuários que não participam diretamente da gestão da empresa. Foram coletados os dados da empresa Natura S/A, a partir do conjunto de demonstrações contábeis publicados, tendo como base essencial a DVA. A análise contemplou o período compreendido entre 31/12/1999 e 31/12/2000 e a principal conclusão foi a de que essa demonstração contábil pode converter-se em uma fonte de informação importante e complementar para o processo de análise econômico-financeira, já que seu entendimento permite a compreensão dos benefícios gerados e seus efeitos na atividade, por aqueles que, de forma direta ou indireta, participam dele, principalmente os empregados, os credores e o governo.

No estudo de Cunha, Ribeiro e Santos (2005), procurou-se avaliar o poder de aferição representado pela DVA no que diz respeito a informações sobre a formação de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la. Para isso, foi utilizada uma abordagem empírico-analítica, e uma amostra de 416 empresas retiradas do cadastro para a edição anual de Melhores e Maiores da Revista EXAME e que, no período de 1999 a 2003, disponibilizaram a DVA. Com o estudo, tornou-se possível afirmar que os indicadores retirados da DVA se constituem num excelente avaliador da distribuição da riqueza à disposição da sociedade, no entanto, sem nenhuma pretensão de substituir outros indicadores de riqueza já existentes.

Após a obrigatoriedade de sua publicação, há alguns estudos com maior enfoque na análise da distribuição do valor adicionado entre diferentes setores empresariais, tais como os de Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes (2013) e Nunes e Miranda (2016). Similarmente, há estudos os quais analisam a geração e distribuição de riqueza entre empresas do mesmo segmento, como os de Santos (2014) e Taiarol, Raimundini e Behr (2010).

No estudo de Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes (2013), verificou-se como foi gerado e distribuído o valor adicionado de 36 empresas que compõem o IBOVESPA, representando os setores de Construção e Transporte, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública. Para isto, foram analisadas as DVA's publicadas nos exercícios de 2007 a 2010. Os resultados demonstram, na média do período, que o setor Financeiro foi o que mais gerou riqueza (92,6%) com a atividade fim e o setor de Construção e Transportes o que menos gerou (81,3%). Em relação à destinação da riqueza gerada no período, mais da metade dos setores destinaram a maior parte da riqueza para o Governo, com destaque para o setor de Telecomunicações (60,1%). No geral, constata-se que os setores destinaram 38,5% da riqueza para remuneração do Governo; 24,8% para a Remuneração de Capital Próprio; 19,5% para Capital de Terceiros e 17,2% para remuneração dos Colaboradores.

Nunes e Miranda (2016) identificaram os *clusters* formados por empresas que apresentam índices de geração e distribuição de riquezas semelhantes, com base na DVA, analisando, decodificando e relacionando a destinação da riqueza gerada pelas companhias pesquisadas. A amostra foi composta pelas empresas componentes do IBrX-100 em 2013. A coleta de dados foi feita nas demonstrações contábeis das empresas componentes da amostra no site da BM&FBovespa. Constatou-se, no caso da geração da riqueza, conforme cluster 4, que 60,64% da amostra adicionou 16% ao valor do Ativo, com destaque para os bancos, que foram detentores dos menores índices. Verificou-se também, conforme demonstrado no cluster 2, que 77,17% das organizações adicionou em torno de 37% de suas receitas. Quanto à distribuição da riqueza gerada, verificou-se que apenas 22,34% das empresas analisadas distribuem 50% ou mais do valor aos seus funcionários, conforme mostra o cluster 3. Verificando a distribuição a Impostos, constatou-se que 18,09% das empresas possuem carga tributária de 59%, sendo detentoras das maiores cargas do país, conforme cluster 1. Conforme demonstrado no cluster 2, percebe-se que 80,85% das empresas distribuem, em média, 5% da riqueza gerada aos acionistas, mostrando um baixo nível de distribuição. Entretanto, em se tratando de distribuição a Lucros Retidos, observa-se, no cluster 1, que 90,43% da amostra distribuem 15% da riqueza gerada.

Santos (2014) analisou a distribuição do valor adicionado das empresas classificadas pela BM&FBovespa como integrantes do setor “Financeiro e afins”, estabelecendo uma comparação dentro do setor entre os segmentos que o compõem. Para isso, foi feito estudo descritivo de natureza qualitativa, onde se examinou as DVA’s das instituições participantes da amostra referente aos exercícios de 2011, 2012 e 2013. Os resultados revelaram diferenças significativas entre os segmentos analisados. Analisando o setor financeiro como um todo, o item de maior representatividade em todos os anos é a remuneração de capitais próprios; impostos, taxas e contribuições estiveram em segundo lugar nos períodos de 2011 e 2013 e o item pessoal está a frente de remuneração de capital de terceiros em todos os períodos. Já na análise da distribuição média da riqueza gerada por segmentos de forma individual, os autores constataram que, no que se refere ao segmento “Bancos”, o item de maior representatividade é a Remuneração de Capitais Próprios, ficando em torno de 38% do valor adicionado total distribuído, seguido da destinação feita para o item "Pessoal", o qual representa uma parcela de 37%. Em seguida, em torno de 23% é destinado ao Governo, e menos de 5% é destinada à remuneração de capital de terceiros. O autor concluiu que não se pode afirmar a existência de um comportamento padronizado em relação à participação na distribuição do valor adicionado dentro ou entre os segmentos.

Taiarol, Raimundini e Behr (2011) analisaram e compararam a evolução de investimentos sociais internos, bem como verificaram a correlação e a regressão existente entre esses investimentos com a receita e o valor adicionado das organizações bancárias brasileiras, no período de 2000 a 2009. A principal conclusão é que há correlação positiva entre os indicadores sociais internos e a distribuição e geração de riqueza, bem como de geração de receita líquida e operacional. Ainda, a regressão indica que as variáveis dependentes (valor adicionado total, valor adicionado distribuído aos funcionários, receita líquida e receita operacional) são afetadas pelos indicadores sociais internos, a variável independente. Dessa forma, um aumento nos gastos com esses indicadores sociais contribui para o aumento da riqueza gerada e da receita gerada pela organização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção tem por objetivo descrever o método utilizado para o desenvolvimento do estudo. São apresentadas a descrição do estudo, o universo e a amostra utilizados e o procedimento para a coleta e análise dos dados.

3.1 DESCRIÇÃO DO ESTUDO

De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever atributos de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas principais características é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Dessa forma, essa pesquisa tem cunho descritivo, pois visa a observação, o registro, a análise, a classificação e a interpretação dos fatos, sem a interferência do pesquisador (ANDRADE, 2008).

Em relação ao procedimento de pesquisa, foi adotada a pesquisa documental. Conforme Silva e Grigolo (2002), para a pesquisa documental utilizam-se materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Portanto, a pesquisa tem caráter documental, tendo em vista a seleção, o tratamento e a interpretação da informação bruta, buscando encontrar nela algum sentido que faça tê-la valor. Dessa maneira, a pesquisa documental pode contribuir com a ciência, possibilitando que outros pesquisadores voltem a desempenhar futuramente o mesmo papel (BEUREN et al., 2008).

Quanto à abordagem do problema, ela é feita de forma quantitativa. Conforme Richardson (1999), a abordagem quantitativa caracteriza-se pela utilização de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dos dados por meio de métodos estatísticos. Segundo Beuren et al. (2008), a abordagem quantitativa é recorrente em estudos descritivos, pois estes procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A população ou universo de investigação está diretamente relacionado ao assunto a ser trabalhado e, invariavelmente, as amostras, frações ou parcelas da população devem ser obtidas mediante a aplicação de uma técnica adequada e específica de amostragem (BEUREN, 2008). No contexto desta pesquisa, o universo é composto pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A definição de amostra, segundo Gil (2008) é uma parte do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem as características desse universo ou população. Basicamente, os tipos de amostragem estão classificados em dois grandes grupos: amostragem probabilística e não probabilística (BEUREN et al., 2008). No presente trabalho, o processo de amostragem é não probabilístico, por ser uma amostra intencional. Segundo Martins

(2000) a amostragem não probabilística ocorre quando há uma escolha deliberada nos elementos da amostra.

Para fins de análise das empresas, verificou-se que, no último quadrimestre de 2016, o setor bancário apresentou uma maior representatividade na composição da carteira do ICO2. Por esse motivo, os dados utilizados serão de empresas desse segmento, comparando-as com empresas do mesmo ramo que não fazem parte do índice.

Dessa maneira, a amostra foi selecionada levando em consideração os seguintes aspectos:

- a) instituições financeiras participantes do ICO2;
- b) instituições financeiras não participantes do ICO2.

Primeiramente, foi feita consulta da composição da carteira do ICO2 referente ao último quadrimestre de 2016, disponível no endereço eletrônico da BM&FBovespa. Verificou-se que, no referido período, o setor bancário apresentou uma maior representatividade na composição da carteira do ICO2. Dessa forma, optou-se por utilizar empresas deste segmento para a definição da amostra.

Após isso, foi feita uma busca através do IF.data, ferramenta de consulta a dados do Sistema Financeiro Nacional (SFN) disponibilizada pelo BACEN. Foram utilizados os relatórios referentes aos ativos de instituições classificadas no Macrosegmento B1, o qual engloba bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial ou caixas econômicas. Para fins de comparabilidade, foram selecionadas as 6 instituições bancárias com os maiores valores de ativos totais em dezembro de 2016, sendo que destas, 3 compõem o índice e 3 não.

Quadro 1 - Composição da amostra

Entidade	Ativo Total	Participante do ICO2
Banco do Brasil	1.436.765.379	Sim
Itaú Unibanco	1.331.840.737	Sim
Caixa Econômica Federal	1.256.172.164	Não
Bradesco	1.081.374.701	Sim
Santander	705.061.403	Não
Safra	148.391.008	Não

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

Cabe ressaltar que, somente para fins de definição de amostra foram utilizados os relatórios disponibilizados pelo BACEN. Os dados contábeis constantes nesses relatórios são fornecidos pelas próprias instituições financeiras e estão de acordo com as normas básicas do

Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF), podendo apresentar diferenças em relação aos dados divulgados na imprensa em atendimento à legislação societária pelas instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima. Para a coleta e análise dos dados, entretanto, foram utilizados os relatórios exigidos conforme a Lei das Sociedades por Ações.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de documentação indireta (MARCONI; LAKATOS, 2003). Os dados foram levantados a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao ano de 2016, retiradas da página eletrônica da Companhia de Valores Mobiliários (CVM). No que diz respeito a instituições de capital fechado, nesse caso, a Caixa Econômica Federal (CEF), os dados foram retirados diretamente do endereço eletrônico da instituição. Foram utilizadas as Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e suas alterações, incluídas pela Lei nº 11.638/07.

Foi utilizado um conjunto de indicadores proposto por De Luca (2009) para a análise da DVA das entidades pertencentes à amostra.

Quadro 2 - Sugestão de indicadores para análise da DVA

Indicador	Fórmula	Conceito
Geração da riqueza		
Potencial do ativo em gerar riqueza	$PAGR = \frac{Valor\ Adicionado}{Ativo\ Total} \times 100$	Capacidade do ativo total em gerar riqueza.
Potencial dos empregados em gerar riqueza	$PEGR = \frac{Valor\ Adicionado}{N^{\circ}Médio\ Empregados}$	Quanto cada empregado contribui na geração de riqueza da empresa.
Potencial do PL em gerar riqueza	$PPLGR = \frac{Valor\ Adicionado}{PL\ Médio} \times 100$	Capacidade do patrimônio líquido em gerar riqueza.
Distribuição da riqueza		

Indicador	Fórmula	Conceito
Participação dos empregados no Valor Adicionado	$PEVA = \frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	Quanto do Valor Adicionado é destinado aos empregados.
Participação per capita dos empregados no Valor Adicionado	$PEVA_{pc} = \frac{VA \text{ Empregados}}{N^{\circ} \text{ médio empregados}}$	Quanto do Valor Adicionado é destinado a cada empregado.
Participação do governo no Valor Adicionado	$PGVA = \frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	Quanto do Valor Adicionado é destinado ao governo.
Participação de terceiros no Valor Adicionado	$PTVA = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	Quanto do Valor Adicionado é destinado aos acionistas.
Participação do capital próprio no Valor Adicionado	$PCPVA = \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	Quanto do Valor Adicionado é destinado aos acionistas.
Grau de retenção do Valor Adicionado	$GRVA = \frac{\text{Lucro Prej. Exercício}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	Quanto do Valor Adicionado fica retido na empresa.
Participação na economia		
Contribuição da empresa para a formação do PIB nacional	$CEPIB = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{PIB}} \times 100$	Quanto a empresa gera de riqueza em relação ao PIB nacional.
Contribuição da empresa para a formação da riqueza do setor.	$CES = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{PIB Setorial}} \times 100$	Quanto a empresa gera de riqueza em relação ao PIB setorial.

Fonte: Adaptado de De Luca et al. (2009, p.137).

As informações coletadas foram inseridas em uma planilha eletrônica para a aplicação dos indicadores. Foram utilizados métodos de estatística descritiva para a análise dos dados e caracterização da amostra. Considerando que o grupo de bancos participantes do ICO2 contempla praticamente todos os bancos deste grupo, considera-se que os valores encontrados para as medidas (média e desvio) são boas aproximações para as medidas populacionais deste grupo. Porém, para o grupo de não participantes do ICO2, os três bancos estudados são apenas uma pequena amostra da quantidade real de bancos deste grupo. Neste sentido, é importante avaliar as medidas (média e desvio) em termos inferenciais, utilizando um

intervalo de confiança de 95% para cada um dos indicadores. Posteriormente, partiu-se para a interpretação dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são descritos e analisados os resultados de cada um dos indicadores utilizados nas entidades que compõem a amostra. Posteriormente, os resultados obtidos são evidenciados de maneira geral, apresentando uma comparação entre as empresas participantes e não participantes do ICO2, bem como as situações representativas da amostra como um todo.

4.1 ANÁLISE DOS INDICADORES DE GERAÇÃO DE RIQUEZA

Inicialmente, foram calculados os indicadores de geração de riqueza das empresas componentes da amostra. Esses indicadores avaliam quanto cada item analisado contribuiu para a geração da riqueza da entidade. Em seguida, foram apuradas informações descritivas. Na Tabela 1 são apresentadas as médias e os desvios-padrões dos indicadores das empresas participantes do ICO2 e das não participantes.

Tabela 1 - Geração de riqueza das instituições bancárias

Indicadores	Grupos	Média	Desvio Padrão
PAGR	Participantes ICO2	4,27	1,10
	Não Participantes ICO2	2,95	0,48
PEGR	Participantes ICO2	599,03	235,05
	Não Participantes ICO2	532,62	295,57
PPLGR	Participantes ICO2	36,23	4,59
	Não Participantes ICO2	33,76	15,83

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

O Potencial do Ativo para Gerar Riqueza (PAGR) evidencia a capacidade do ativo total da entidade na geração de riqueza. Ele demonstra quanto cada real investido no ativo contribuiu na geração do Valor Adicionado a ser distribuído pela empresa. Considerando os valores encontrados na Tabela 1 para o indicador PAGR, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (1,75 ; 4,15). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes foi de 4,27%, que supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo de não participantes, pode-se concluir com 95% de confiança que o grupo de participantes do índice deve ter indicador médio

superior ao grupo de não participantes. Dessa forma, essas empresas detêm maior capacidade de gerar riqueza através do seu ativo circulante e não circulante em relação às não participantes do índice.

Referente ao Potencial dos Empregados para Gerar Riqueza (PEGR), o qual representa quanto cada empregado contribui, em média, para a geração de riqueza da empresa, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (0,00 ; 1.266,86). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de R\$599,03, que não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo de não participantes do ICO2, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes.

No que diz respeito ao Potencial do Patrimônio Líquido para gerar Riqueza (PPLGR), o mesmo mensura quanto cada real investido de capital próprio contribuiu para geração do Valor Adicionado a ser distribuído pela entidade. Em relação a esse indicador, conforme Tabela 1, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (0,00 ; 73,07). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de 36,23%, que não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo de não participantes do ICO2, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes.

A partir dos resultados, observa-se que, para os indicadores de geração de riqueza das entidades, a média do indicador PAGR é superior, com 95% de confiança, no grupo de instituições bancárias participantes do ICO2 em relação às não participantes. Em relação aos indicadores PEGR e PPLGR, não se pode afirmar que as médias sejam superiores em um ou outro grupo.

4.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

Os indicadores de distribuição da riqueza evidenciam como e a quem a empresa está destinando a riqueza criada. Foram utilizados seis índices para a análise da distribuição da riqueza das entidades, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição de riqueza das instituições bancárias

Indicadores	Grupo	Média	Desvio Padrão
PEVA	Participantes ICO2	37,08	16,16
	Não Participantes ICO2	44,38	17,67
PEVApc	Participantes ICO2	405,18	388,31

Indicadores	Grupo	Média	Desvio Padrão
	Não Participantes ICO2	247,66	84,80
PGVA	Participantes ICO2	31,42	10,63
	Não Participantes ICO2	23,73	7,62
PTVA	Participantes ICO2	2,50	0,93
	Não Participantes ICO2	3,82	1,26
PCPVA	Participantes ICO2	28,99	6,70
	Não Participantes ICO2	27,77	13,01
GRVA	Participantes ICO2	18,20	6,21
	Não Participantes ICO2	10,85	2,69

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

O primeiro, referente à Participação dos Empregados no Valor Adicionado (PEVA), indica quanto do valor adicionado é destinado aos empregados. De acordo com os valores encontrados para o indicador PEVA, conforme Tabela 2, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (0,47 ; 88,28). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de 37,08, que não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo das instituições bancárias não participantes, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes. Observou-se ainda para esse indicador que a média para o grupo das instituições bancárias não participantes do índice é superior à das participantes. No entanto, o valor não é significativo.

A Participação per capita dos Empregados no Valor Adicionado (PEVApc) é complementar ao indicador anterior, pois demonstra quanto a empresa distribui de forma individual aos seus empregados o valor adicionado gerado. Com base nos valores encontrados para o indicador PEVApc, segundo Tabela 2, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (37,00 ; 458,32). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de R\$405,18, que não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo das instituições bancárias não participantes, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes.

Em relação à parcela de riqueza destinada ao pagamento de impostos, taxas e contribuições, o índice de Participação do Governo no Valor Adicionado (PGVA) evidencia a contribuição das empresas à sociedade por meio do pagamento de tributos. Considerando os valores encontrados para o indicador PGVA, conforme visualizado na Tabela 2, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2

(4,80 ; 42,67). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de 31,42, o qual não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo das instituições bancárias não participantes, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes.

O índice de Participação de Terceiros no Valor Adicionado (PTVA) mostra quanto da riqueza gerada pela empresa é destinada a terceiros, ou seja, é a remuneração paga aos financiadores pelos recursos emprestados. De acordo com os valores encontrados para o indicador PTVA, segundo a Tabela 2, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (0,68 ; 6,96). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de 2,50, que não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo das instituições bancárias não participantes, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes. Observou-se ainda para esse indicador, que a média para o grupo das instituições bancárias não participantes é superior à das participantes. No entanto, o valor não é significativo.

A Participação dos Capitais Próprios no Valor Adicionado (PCPVA) evidencia a riqueza gerada a qual é destinada aos acionistas em forma de dividendos e juros sobre os capitais próprios. Esse índice inclui também o valor relativo ao lucro do exercício destinado às reservas de capital. De acordo com os valores encontrados para o indicador PCPVA, conforme Tabela 2, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (0,00 ; 60,10). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes do ICO2 foi de 28,99, que não supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo das instituições bancárias não participantes, não é possível afirmar que o grupo de participantes tenha indicador médio superior ao grupo de não participantes.

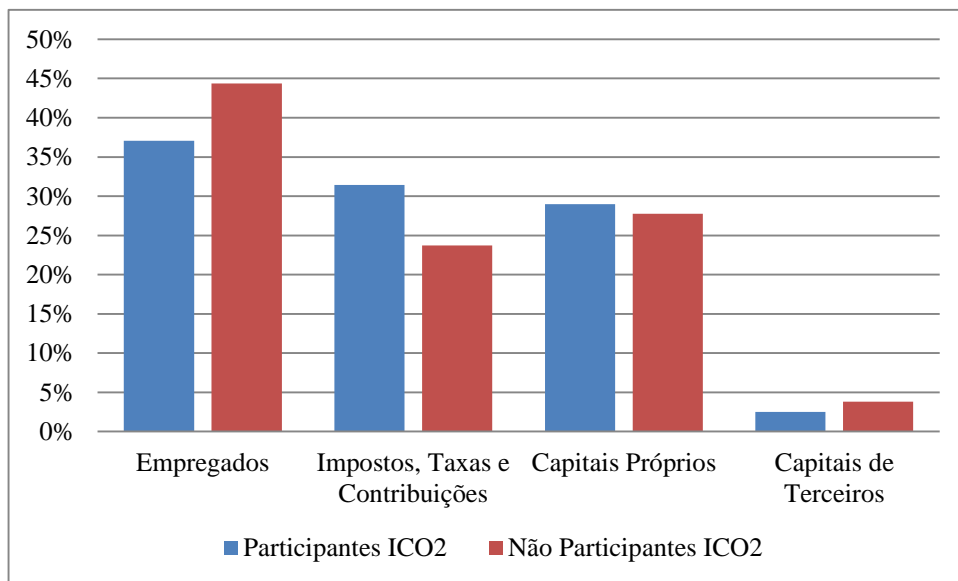
O Grau de Retenção do Valor Adicionado (GRVA), complementar ao PCPVA, consiste em avaliar quanto de Valor Adicionado ficou retido na organização, na forma de reservas e/ou prejuízos acumulados. Considerando os valores encontrados na Tabela 2 para o indicador GRVA, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de bancos não participantes do ICO2 (4,17 ; 17,54). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes foi de 18,20%, que supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo de não participantes, pode-se concluir com 95% de confiança que o grupo de participantes deve ter indicador médio superior ao grupo de não participantes. Dessa forma,

essas empresas retêm maior quantidade do valor adicionado gerado para reinvestimentos em relação às não participantes do índice.

De acordo com os resultados, observa-se que, em relação aos indicadores de distribuição de riqueza gerada das entidades, somente a média do indicador GRVA é superior, com 95% de confiança, no grupo de instituições bancárias participantes do ICO2 em relação às não participantes. Em relação aos demais indicadores, não se pode afirmar que as médias sejam superiores em um ou outro grupo.

Em uma análise mais ampla, considerando a riqueza gerada total distribuída pelas empresas participantes e não participantes do ICO2 que fazem parte da amostra, foram utilizados os valores médios encontrados referentes aos principais indicadores de distribuição de riqueza. São eles o PEVA, o PGVA, o PCPVA e o PCTVA. O Gráfico 1 evidencia a distribuição média da riqueza gerada como um todo pelos grupos entre os principais componentes dessa distribuição.

Gráfico 1 - Distribuição média da riqueza gerada por grupo



Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

Verifica-se que, para as empresas da amostra que participam do ICO2, a principal destinação de valor adicionado gerado é feita aos empregados, em torno de 37%, conforme o indicador PEVA. Logo após, há o percentual de distribuição referente a impostos, taxas e contribuições, em torno de 31%, conforme o indicador PGVA. A destinação referente à participação de capitais próprios representa, segundo o indicador PCPVA, em torno de 29% do valor adicionado. Desse valor, em média 18,20% fica retido na entidade para

reinvestimentos, de acordo com o indicador GRVA. A menor parcela do valor adicionado, 3% do total, é destinada a terceiros, como demonstra o indicador PTVA.

Similarmente ao grupo de organizações bancárias participantes do índice, as não participantes do ICO2 apresentam maior parcela de distribuição da sua riqueza gerada aos funcionários, como mostra o indicador PEVA, representando em média 44% do valor adicionado produzido. Comparando-se ainda com o grupo dos bancos participantes do ICO2, houve divergência no que se refere aos valores distribuídos ao governo (PGVA) e aos acionistas (PCPVA), pois a parcela destinada aos acionistas das entidades não participantes do índice foi ligeiramente maior do que a destinada ao pagamento de impostos, taxas e contribuições, em torno de 28% e 24%, respectivamente. Ressalta-se que, desses 28%, em torno de 11% é mantido na entidade como Reserva de Lucros, para fins de reinvestimento nas organizações. Por fim, a menor parcela de riqueza gerada é distribuída a terceiros, representando em média 4% do valor total destinado.

Essas análises convergem de forma semelhante à análise feita por Santos e Bonotto (2014) em determinados aspectos. Segundo os autores, para o segmento específico “Bancos”, constata-se que as maiores parcelas de distribuição do valor adicionado são destinadas à remuneração de capitais próprios, em torno de 38%, e aos funcionários, em torno de 37% no período analisado. É importante salientar que no período analisado, de 2011 a 2013, há aumento no percentual distribuído aos empregados, enquanto que o percentual destinado a capitais de terceiros apresenta oscilações negativas e positivas. Em ambos os grupos, participantes e não participantes do ICO2, a maior parcela de riqueza gerada é igualmente destinada aos funcionários, evidenciando uma possível valorização desse importante componente. A segunda maior parcela varia entre capitais próprios e impostos. Por fim, uma pequena parcela é destinada aos capitais de terceiros nos dois grupos, bem como no estudo citado.

4.3 ANÁLISE DOS INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA

Os indicadores de participação na economia dizem respeito à interação com o ambiente externo da empresa. Eles avaliam a geração de riqueza da empresa no cenário macroeconômico. A partir deles, pode-se aferir a participação efetiva da empresa na formação da renda nacional e setorial.

Tabela 3 - Participação das instituições bancárias na economia

Indicadores	Grupo	Média	Desvio Padrão
CEPIB	Participantes ICO2	0,88	0,23
	Não Participantes ICO2	0,29	0,20
CES	Participantes ICO2	12,38	3,27
	Não Participantes ICO2	4,10	2,80

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

O indicador de Contribuição da Empresa para a Produção da Riqueza Nacional (CEPIB) mostra a capacidade da empresa para geração de riqueza para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Considerando os valores encontrados para o indicador CEPIB, conforme Tabela 3, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de instituições bancárias não participantes do ICO2 (0,00 ; 0,79). Como o valor médio do indicador para o grupo de bancos participantes foi de 0,88, que supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo de não participantes, pode-se concluir com 95% de confiança que o grupo de participantes do índice deve ter indicador médio superior ao grupo de não participantes. Dessa forma, essas empresas contribuem mais para a geração de riqueza do país em relação às não participantes do índice.

A Contribuição da Empresa para a Produção da Riqueza do Setor (CES) indica a participação da empresa no setor econômico em que atua, tomando como base a sua riqueza criada. Considerando os valores encontrados para o indicador CES, conforme Tabela 3, obteve-se o seguinte intervalo de confiança de 95% para o grupo de organizações bancárias não participantes do ICO2 (0,00 ; 11,08). Como o valor médio do indicador para o grupo de instituições bancárias participantes foi de 12,38, que supera o limite superior do intervalo de confiança para o grupo de bancos não participantes, pode-se concluir com 95% de confiança que o grupo de bancos que participa do índice deve ter indicador médio superior ao grupo de não participantes. Dessa forma, essas empresas contribuem mais para a geração de riqueza do setor econômico em que atuam, em relação às não participantes do índice.

Assim sendo, percebe-se que para ambos os indicadores de geração de riqueza no cenário macroeconômico, as instituições bancárias participantes do ICO2 obtiveram médias superiores às das não participantes. Por meio desse resultado, pode-se inferir que empresas consideradas mais preocupadas com questões ambientais e responsáveis socialmente apresentam maior representatividade no que tange à contribuição na formação de renda nacional e setorial em relação às empresas que não priorizam essas questões.

4.4 ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

A utilização dos indicadores propostos para a análise da DVA teve como finalidade a comparação de informações entre entidades do mesmo setor e do mesmo ramo de atividade. O Quadro 3 indica quais os indicadores, para o grupo de bancos participantes do ICO2, apresentaram média superior em relação ao grupo de bancos não participantes. Além disso, indica se essa diferença entre as médias é estatisticamente significativa ou não, após as avaliações em termos inferenciais em relação às medidas do grupo não participante do índice.

Quadro 3 - Resumo dos indicadores com médias superiores referentes ao grupo participante do ICO2

Indicador	Classificação do Indicador	Resultado Estatístico
PAGR	Geração de Riqueza	Significativo
PEGR	Geração de Riqueza	Não Significativo
PPLGR	Geração de Riqueza	Não Significativo
PEVApc	Distribuição de Riqueza	Não Significativo
PGVA	Distribuição de Riqueza	Significativo
PCPVA	Distribuição de Riqueza	Não Significativo
GRVA	Distribuição de Riqueza	Não Significativo
CEPIB	Participação na Economia - Cenário Macroeconômico	Significativo
CES	Participação na Economia - Cenário Macroeconômico	Significativo

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

Observa-se que, para a maior parte dos indicadores analisados, as instituições bancárias participantes do ICO2 apresentam média maior em relação às que não participam do índice. No entanto, após a avaliação estatística, utilizando um intervalo de confiança de 95% para cada um dos indicadores, nota-se que apenas os indicadores PAGR, PGVA, CEPIB e CES apresentaram diferença significativa. Isso quer dizer que, somente para os indicadores citados, os valores médios para os bancos participantes do ICO2 são significativamente (5%) superiores ao grupo de bancos não participantes. Em relação aos outros indicadores, não é possível identificar diferença significativa entre os valores médios nos grupos.

O Quadro 4 indica quais os indicadores, para o grupo de bancos participantes do ICO2, apresentaram média inferior em relação ao grupo de bancos não participantes do índice. Da mesma forma, evidencia se a diferença entre as médias é estatisticamente significativa ou não, após as avaliações em termos inferenciais em relação às medidas do outro grupo.

Quadro 4 - Resumo dos Indicadores com médias inferiores referentes ao grupo participante do ICO2

Indicador	Classificação do Indicador	Resultado Estatístico
PEVA	Distribuição de Riqueza	Não Significativo
PEVApc	Distribuição de Riqueza	Não Significativo

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

Percebe-se que apenas para os indicadores PEVA e PEVApc os valores médios do grupo de bancos não participante do ICO2 sobressaem-se aos valores do grupo de bancos que são participantes. No entanto, esses valores não são estatisticamente significativos. Assim, não é possível afirmar que as médias do grupo de bancos não participantes do ICO2 sejam superiores às médias do grupo de bancos participantes do índice.

Dessa forma, pode-se inferir que somente o grupo de instituições bancárias participantes do ICO2 apresentou valores médios superiores estatisticamente significativos em relação aos indicadores PAGR, PGVA, CEPIB e CES. Os valores médios obtidos pelos bancos que não fazem parte do ICO2 superiores aos das empresas participantes não foram considerados estatisticamente significativos, bem como os demais indicadores. Cabe ressaltar que, para os indicadores que não apresentaram significância, não significa que as médias sejam maiores ou menores em um grupo ou outro, tendo em vista o tamanho da amostra utilizada ser muito pequena para identificar a real diferença entre elas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar e comparar a capacidade de geração e distribuição de riqueza das instituições bancárias participantes e não participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2), proposto pela BM&FBovespa. Para tanto, foram analisados dados das Demonstrações do Valor Adicionado das entidades mediante indicadores de geração e distribuição de riqueza, bem como indicadores de geração de riqueza no cenário econômico em que atuam.

Em resumo, para os indicadores PAGR, GRVA, CEPIB e CES, observaram-se que as médias para o grupo dos bancos participantes do ICO2 foram significativamente (5%) superiores às do grupo dos bancos não participantes. Já para os indicadores PEGR, PPLGR, PEVApc, PGVA e PCPVA, apesar de as médias observadas para o grupo dos bancos participantes do ICO2 terem sido superiores às dos grupos de não participantes, essa diferença não foi significativa (5%). Por fim, para os indicadores PEVA e PTVA observaram-se médias

superiores para o grupo de bancos não participantes do ICO2, apesar de os valores médios não serem significativos.

Pela comparação dos valores obtidos, infere-se que para determinados indicadores, o grupo pertencente ao ICO2 apresentou médias superiores ao grupo não pertencente ao índice, não ocorrendo o contrário. Desse modo, entende-se que pode haver correlação positiva entre a adoção de práticas responsáveis por parte das organizações e melhores resultados nos indicadores avaliados.

Além disso, foi realizada análise de distribuição de riqueza total para cada grupo. A maior parcela de riqueza distribuída pelos dois grupos é destinada aos empregados, variando de 37% a 45% do total do valor adicionado gerado. Para o grupo de empresas participantes do ICO2, a destinação de valor adicionado aos impostos é de 31,5%, 30% são destinados aos capitais próprios e menos de 5% aos capitais de terceiros. Já para o grupo das empresas não participantes do índice, 26% do valor adicionado é destinado aos acionistas, 24% ao governo e uma porcentagem inferior a 5% aos capitais de terceiros.

Diante do exposto, percebe-se a importância da adoção de práticas que vêm ao encontro do interesse da sociedade em geral, ressaltando que, apenas as organizações bancárias participantes do ICO2 obtiveram resultados superiores e significativos estatisticamente, mesmo que sucintos. No entanto, não se pode afirmar que existe um comportamento padronizado em relação a essas empresas, visto que, do total de indicadores, poucos foram os que apresentaram valores significativamente maiores se comparados com os valores do grupo de bancos não participantes do ICO2.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o fato da amostra ser reduzida e fazer parte de um mesmo setor, executando a mesma atividade econômica. Diante disso, para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a amostra, expandindo a análise para diferentes setores de atuação, bem como efetuar análise temporal, para verificar o comportamento dos indicadores no decorrer do tempo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ALMEIDA, Caroline Sampaio de; BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. Responsabilidade social das empresas: um enfoque a partir das sociedades anônimas. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, n. 08, p.113-130, jul/dez. 2007.

ASHLEY, Patrícia Almeida; CARDOSO, Alexandre Jorge Gaia. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002. p.2-16.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. Ética e credibilidade sob uma nova ótica. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 11 out. 2001. Disponível em <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000029407/etica-e-credibilidade-sob-uma-nova-otica>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&FBovespa. **Índice carbono eficiente – ICO2**. 2010. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-carbono-eficiente-ico2.htm>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CARVALHO, Patricia Lacerda de; SOUSA, Evemilia; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Indicadores de desempenho da BM&FBovespa: uma análise do desempenho financeiro dos índices de sustentabilidade frente aos demais índices da bolsa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 18., 2016, São Paulo. **Anais....** Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/488.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, p. 7-29, out. 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2016.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes et. al. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Responsabilidade social: um diferencial competitivo para as empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n.152, p. 25-33, mar./abr. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas: 2008.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**: glossário. 2017. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Gloss%C3%A1rio-2017.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et.al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KLÖPPEL, Fábio; SCHNORRENBARGER, Darci; LUNKES, Rogério João. Análise da geração e distribuição da riqueza originada pelas empresas que compõem o Ibovespa por meio da DVA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 12, n. 34, p. 23-39, dez/mar. 2013.

MACHADO, Márcia Reis. **As informações sociais e ambientais evidenciadas nos relatórios anuais das empresas**: a percepção dos usuários. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29032011-184718/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NUNES, Victor Malta; MIRANDA, Gilberto José. Geração e distribuição do valor adicionado em 2013: análise das companhias listadas no IBrX-100. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 18-32, jan./abr. 2016.

RIahi-BELKAoui, Ahmed. **Value added reporting**: lessons for the United States. New York: Quorum Books, 1992.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Rodrigo Piber dos. **Análise da distribuição do valor adicionado das empresas integrantes do setor financeiro e afins da BM&FBovespa**. 2014. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140706/000968516.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 jun. 2017.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

TAIAROL, Silvane Maria; RAIMUNDINI, Simone Letícia; BEHR, Ariel. Indicadores sociais internos e a geração de valor adicionado: uma análise da relação do balanço social e da demonstração do valor adicionado em bancos brasileiros. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v.1, n.2, p.82-100, set./dez. 2011.

TENÓRIO, Fernando Guilherme et al.. Responsabilidade social empresarial: dois momentos. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Org.). **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.13-26.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; ROBLES, Léo Tadeu. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.6, p. 1077-1096, nov./dez. 2006.